



Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 23-08-2017

Ata nº 17

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
Manoel Batista Calçada Pombal	Presidente da Câmara Municipal	P
Maria José Nóvoas de Pinho Gonçalves Codesso	Vereador	P
Manuel Fernandes	Vereador	P
Hilário Manuel Esteves Afonso	Vereador	F
Maria Fernanda de Almeida Cerdeira	Vereador	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	Vereador	P
José Custódio Domingues	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 18-08-2017

Operações Orçamentais	477.267,68€
Operações de Tesouraria	491.940,14€
Documentos	18.287,20€

Início da reunião:14.30 horas

Esta reunião foi secretariada por Ana Isabel Ferreira Guimarães, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal.

## I – Antes da ordem do dia

O Presidente iniciou a reunião solicitando a alteração da próxima reunião de câmara, de dia 06 de setembro para dia 11 de setembro, deixando à consideração dos vereadores a hora da sua realização, devido ao timing da discussão pública sobre a alteração ao regulamento do PDM, que termina dia 07 de setembro, e cujo procedimento impõe, após esse termo, deliberação da Câmara Municipal para submissão à aprovação pela Assembleia Municipal, a qual também sofreu alteração de data.

Por acordo entre os presentes, a próxima reunião de Câmara Municipal será realizada dia 11 e de setembro, às 18h00.

O Presidente solicitou também a retificação dos enunciados dos assuntos 217 e 218, ficando acordada a retificação, nos seguintes termos: “Assunto 217: Presente para efeitos de submissão à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de delimitação de Área de Reabilitação Urbana para o Centro Urbano da Vila e respetiva Operação de Reabilitação Urbana Sistemática, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa a presente ata.”; “Assunto 218: Presente para efeitos de ratificação a decisão do Presidente da Câmara Municipal de submeter a discussão pública a alteração ao regulamento do PDM, conforme conferência decisória sobre pedido de Regularização Extraordinária de Atividade Económica/Vinusoalheirus, Lda., que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos serviços prestou a informação que ficará anexa a presente ata.”.

O Presidente deixou uma nota de louvor, na pessoa do Sr. Comandante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Melgaço, Comandante Jorge Pereira, extensiva a todos os meios que se deslocaram a Melgaço, coordenados pela Proteção Civil e pelo CODIS, e ainda à vizinha Galiza, especialmente na Alcade Horácio Exposito, incansável na interligação e agilização dos meios galegos, sobretudo aéreos, importantes para a resolução dos incêndios que ocorreram na passado segunda-feira, e ainda ao Alcalde de Bande.

O Presidente lamentou os vastos prejuízos causados nas florestas de Fiães, Cristóval, Paços, Chaviães e Alvaredo, destacando que toda a zona florestal de Paços desapareceu. Lamentou, ainda, a origem criminosa dos incêndios, inegável pela imagem brutal que testemunhou no local, segunda-feira à noite, com três círculos de fogo em simultâneo, não ligados entre si, incêndio esse apenas debelado terça-feira de manhã. Explicou que o incêndio teve início na parte de cima da variante e que, ao fim da tarde, na zona de Viladraque, a transpôs para S. Gregório, daí para Paços, avançando para a parte de baixo da Estrada Nacional, após o que percorreu toda a zona até Chaviães.

A Vereadora Maria Cerdeira questionou se alguma investigação se iniciou, tendo esclarecido o Presidente que a GNR esteve no local.

O Vereador Manuel Rodrigues lembrou que o incêndio ocorrido há 4 anos também teve origem criminosa e sublinha os problemas que advêm dos incêndios, nomeadamente o desaparecimento da floresta, o crescimento de arvoredos e vegetação que para nada servem e a destruição da atividade relacionada com a madeira que se verificava, como se lembra, em S. Rita e que após o incêndio de há 4 anos se extinguiu. O Vereador Manuel Rodrigues louva, também, os Bombeiros e todas as entidades envolvidas no combate ao fogo.

O Vereador Manuel Fernandes questionou sobre se houve reacendimentos no incêndio ocorrido em Alvaredo, nessa mesma segunda-feira.

AG

O Presidente esclareceu que não, que ocorreu um incêndio em Alvaredo no dia 12 de agosto e outro na segunda-feira, admitindo que, dentro do perímetro atingido, possa ter havido algum reacendimento, mas só aí.

O Vereador Manuel Fernandes pergunta ainda se algumas vinhas foram atingidas e se alguém tinha sido detido, dando nota do número recorde de detenções por fogo posto verificado este ano em Portugal. O Presidente respondeu negativamente a ambas as questões.

Seguidamente, o Vereador Manuel Rodrigues interrogou sobre a realização do balanço do Melgaço em Festa, referindo que lhe tinha chegado nota do desinteresse da população no dia da atuação das Bandas de Música, considerando o número de espetadores do evento e o aspeto desolador da audiência. Questionou, por isso, se eventualmente se pondera concentrar o evento através do encurtamento dos dias.

O Presidente afirmou que se realiza sempre a avaliação de todos os eventos, de forma a proceder a correções, se necessárias. Esclareceu que o evento não se trata de uma festa, antes de um período de programação, que se inicia com o "Filmes do Homem Festival de Documentário de Melgaço", uma batalha claramente vencida após 4 edições, apesar de ainda não ter conquistado os Melgacenses. Relembrou uma conversa com o Diretor Regional da Cultura, sobre a verificação do mesmo fenómeno no "Curtas Vila do Conde – Festival Internacional de Cinema", onde nos primeiros anos ninguém de Vila do Conde participava, e que, atualmente, vai já na sua 25.ª edição, assumindo que, por cá, se verifica o mesmo fenómeno, com um público fiel, que considera o acontecimento fabuloso no panorama nacional e internacional, e começando já a cativar algum público melgacense. Para tal, releva a importância das várias atividades realizadas no âmbito do Festival, como o "Fora de Campo", "Plano Frontal", que ajudam os melgacenses a sentirem-se intrincados com o Festival. Concluiu sublinhando que não é um Festival fácil, pois está fora do circuito comercial, mas que apresenta um percurso positivo de crescimento e projeção nacional e internacional. O Presidente referiu, ainda, que o Festival Internacional de Folclore correu bem. Quanto à segunda parte da programação, os concertos correram bem, ao contrário dos DJ, iniciativa a afinar. Em relação à equipa trazida para a vertente cénica, considera que funcionou bem e criou dinâmica com a população, através das diversas temáticas desenvolvidas este ano – Castro Laboreiro, época medieval – pelo que há todo o interesse em manter. Quanto à programação de sábado, o Presidente esclareceu que a intenção, com as Bandas de Música, era trazer um espetáculo alternativo, mas admitiu que as pessoas não agarraram, pelo que terá que ser avaliada a sua manutenção. Por fim, sublinhou que o evento terminou em cheio com o concerto da Ana Moura e o fogo-de-artifício no final. O balanço final do Melgaço em Festa, na opinião do Presidente, é positivo, não obstante se verificarem situações a afinar, observando que foi melhor relativamente ao ano anterior.

A Vereadora Maria Cerdeira referiu que prefere o conceito atual, mas admitiu que muitas pessoas preferem a festa com barraquinhas, ruas com arcos, mencionando ter ouvido que falta espírito de festa ao conceito atual.

O Presidente admitiu que também lhes agrada mais este conceito, mas que a festa é para a população, pelo que é necessário encontrar um mix entre os dois conceitos. A Vice-Presidente concordou.

O Vereador Manuel Rodrigues referenciou as conversas tidas com várias pessoas, que pretendem um conceito mais popular, admitindo, contudo, que o conceito atual é mais abrangente. Questionou, ainda, sobre a ausência de várias associações sábado à tarde, sendo esclarecido pela Vice-Presidente, que todas as associações foram convidadas, assumindo, após esse esclarecimento, a crítica às associações ausentes, que assim não colaboram na criação do espírito festivo, afirmando, contudo, que não gostou do sábado à tarde.

A Vice-Presidente mencionou as falhas de som a melhorar e o Vereador Manuel Rodrigues concordou que é preciso aperfeiçoar o evento, assumindo que pessoalmente gosta, mas que considera necessário existir uma animação mais popular, tendo a Vice-Presidente aludido, nesse aspeto, à programação de sexta-feira, nomeadamente os grupos de bombom.

Mudando de tema, o Vereador Custódio Domingues solicitou a averiguação do estado dos esgotos no Rio do Porto, considerando o cheiro nauseabundo que sentiu em dois dias distintos e a explicação que ouviu sobre o assunto, ou seja, supostamente o facto de o coletor existente na ponte transbordar para o ribeiro, devido à pressão a mais verificada nesta altura do ano. O Vereador Manuel Rodrigues apontou também o mau cheiro sentido na rua da Calçada, aproximadamente há 3 semanas.

O Presidente declarou não ter conhecimento da situação e assumiu o compromisso de a transmitir aos serviços competentes para avaliarem a situação. Referiu, ainda, sobre a matéria, que a carga neste mês é muito maior e que essas infraestruturas estão dimensionadas para as necessidades verificadas nos 11 meses do ano e não para o mês de agosto. Relativamente a esta questão, a vereadora Maria Cerdeira e a Vice-Presidente também referem o serviço da limpeza urbana e o facto de se verificar que os lixos não são separados. O Presidente afirmou que o Município de Melgaço é o que mais reciclagem faz, comparativa e proporcionalmente, face aos 10 Municípios do Alto Minho.

O Presidente informou, ainda, que a intervenção na Escola está a ser executada com grande força e velocidade, que se deslocará ao local para a semana e que as obras em dois pavilhões estarão concluídas no início de setembro, de forma a acolher os alunos no início do ano letivo, prevendo a conclusão total da obra para finais de fevereiro.

O Vereador Custódio Domingues questionou sobre o funcionamento das Termas do Peso, pois pelo que tem chegado ao seu conhecimento, existem serviços que estão a funcionar menos bem. O Presidente referiu que essa avaliação depende da perspetiva e que considera que a nova gestão das Termas está a correr muito bem. Os serviços que estão a ser prestados estão a funcionar bem, com um número de clientes elevado, apesar dos condicionantes sentidos pelo parceiro, no início da parceria, isto é, equipamentos que não tinham capacidade para entrar de imediato em funcionamento, devido a sua não utilização e a piscina que não estava a ser devidamente aquecida. Quanto a estes problemas, o Presidente informou que há dois dias teve notícias de que, daqui a uma semana, todos os equipamentos estarão devidamente prontos para funcionar. No que respeita à fonte principal, e considerando uma recomendação do hidrologista, estava a ser solicitada uma declaração aos utentes para sua utilização. No entanto, houve uma alteração, passando a prova a ser natural, sem necessidade de assinatura de qualquer declaração, não podendo, contudo, os utentes encherem garrafas, garrafões ou outros recipientes para levarem para casa.

O Vereador Manuel Fernandes dá nota da aposta na boa publicidade por parte da nova gerência, forte sinal de compromisso, mas considera-a contraditória, pois é publicitado que a empresa tem provas dadas no mercado, quando é uma empresa recente. O Presidente esclarece que a empresa é recente, mas que os empresários trabalham na área há mais tempo. Relacionado com o assunto, o vereador Manuel Fernandes refere a importância de a Câmara Municipal promover ações de formação para os agentes de turismo sedeados no Município, tendo a concordância do Presidente, apesar de já se terem realizado algumas ações, onde se verificou pouca aderência dos interessados.

O Vereador Manuel Fernandes questiona, ainda, sobre as atividades a realizar no âmbito do concurso 7 Maravilhas de Portugal – Aldeias. O Presidente refere o trabalho afinado que os serviços estão a efetuar com as gentes de Castro Laboreiro, com duas reuniões já realizadas. Serão



criados e implementados no terreno três outdoors, flyers para distribuição dentro e fora do distrito, a ser completados com o número de telefone, mal este seja conhecido, e nas redes sociais o trabalho está a ser realizado. Será também atribuído apoio ao nível do transporte para deslocação da claque e de um pequeno grupo de apoiantes. Simultaneamente com a PT, instalar-se-á um mini call center na biblioteca de Castro Laboreiro, com 4 linhas, para que o apoio monetário arrecadado seja convertido em chamadas. O Presidente referiu, por fim, que para o sucesso da iniciática contará, também, a grande força do movimento castrejo e das várias pessoas do país que conhecem e gostam de Castro Laboreiro.

## II - Ordem do dia

### **Administração Municipal**

200. Neste ponto não está para aprovação a ata da reunião anterior, por não ter sido possível aos serviços concluí-la.

201. Justificação de faltas.

Neste ponto não se verificou qualquer requerimento de justificação de falta.

### **Divisão de Obras e Serviços Urbanos**

202. Presente informação interna, referente a requerimento de Maria Alves Sanches Rodrigues, a solicitar a isenção de tarifas de saneamento e resíduos, de fevereiro a maio de 2014 – Consumidor nº2755, que ficará anexa a esta ata.

A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa a presente ata.

Sobre este assunto, o Vereador Manuel Rodrigues questionou sobre o pedido ter sido efetuado três anos depois.

O Presidente esclareceu que os serviços competentes, com a instalação de novas funcionalidades na aplicação de gestão das águas, procederam à verificação de todas as situações pré-existentes, constatando-se vários problemas com as faturas em atraso, que apenas agora foram levadas ao conhecimento dos munícipes, razão pela qual só agora a requerente apresentou o pedido em votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a redução de tarifas variáveis de saneamento e resíduos.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

203. Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por TERESA DA GLÓRIA ALVES DOMINGUES, a solicitar autorização para instalação de tubagem na via pública, no caminho Municipal, no lugar de Carvalheiras - Chaviães, da freguesia de Chaviães e Paços, que ficará anexa a esta ata.

A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa a presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a petição da requerente, de acordo com a informação dos serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

204. Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por MADALENA DE JESUS GOMES, a solicitar autorização de travessia para condução de água de rega, numa via pavimentada, localizada no lugar da Aldeia - Roussas, que ficará anexa a esta ata.

A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa a presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a petição da requerente, de acordo com a informação dos serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

205. Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por MARIA FERNANDA DE ARAÚJO GONÇALVES BALEIXO, a solicitar autorização de travessia para condução de água de rega, numa via pavimentada, localizada no lugar de Aldeia - Roussas, que ficará anexa a esta ata.

A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa a presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a petição da requerente, de acordo com a informação dos serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

## **Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura**

206. Ofício da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), a solicitar a concessão de apoio para a manutenção do Gabinete de Apoio à Vítima de Braga da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa a presente ata.

O Presidente introduziu este assunto, sublinhando o trabalho importante, de carácter nacional, da APAV, quer presencialmente, quer por telefone, aproveitando para informar sobre a reunião do CLAS, realizada de manhã, no Centro Social de Ancora, onde foi dado parecer favorável à intenção de instalação de um Gabinete de Apoio à Vítima em Melgaço, para apoio semanal.

O Executivo deliberou, por unanimidade, conceder um subsídio no valor de 500,00€.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

207. Presente para efeitos de aprovação o Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo com o Sport Clube Melgacense, que ficará anexo a esta ata.

A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente ata.

Sobre este assunto, o vereador Manuel Fernandes sublinhou a boa redação do clausulado do Contrato-Programa, nomeadamente ao nível das exigências de prestação de contas mensais e da programação das atividades, pelo Sport Clube Melgacense, e a relevância de, assim, associar certas obrigações aos apoios concedidos, de forma a eliminar a ideia segundo a qual não há responsabilidades após a concessão de apoios. Sublinhou, ainda, a importância de o Melgacense continuar a cumprir a sua missão.

O Vereador Manuel Rodrigues deixou uma nota de louvor ao esforço efetuado pelas mães e pais dos atletas do Clube, que sem eles não sabe se funcionaria. Considera que a Direção do Clube deveria ser mais alargada, com um número maior de membros na Direção, que permitiria um trabalho conjunto e mais pormenorizado. Admitiu, contudo, que a situação

do Clube não é convidativa, que a Direção atual faz um grande esforço, mas que, face às dívidas existentes, não lhe é possível canalizar verbas para várias atividades.

O Vereador Manuel Fernandes afirmou a sua concordância com as opções da Direção, de aposta na “prata da casa” e promoção do desporto, sem intenções megalómanas.

O Presidente lembrou que a atual Direção herdou esta situação difícil, sendo questionada pelo Vereador Manuel Rodrigues sobre se a agravaram, respondendo o Presidente que a Direção está a pagar as dívidas.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato-Programa apresentado.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

208. Presente para efeitos de aprovação a listagem de Auxílios Económicos de Ação Social Escolar para o ano letivo 2017 /2018, que ficará anexa a esta ata.

Sobre este assunto, a Vice-Presidente esclareceu que os valores a atribuir já tinham sido decididos em anterior Reunião, tratando-se agora de aprovar a lista dos beneficiários, elaborada através da análise rigorosa efetuada pelos serviços sociais do Município, com base em vários fatores e não apenas na declaração do IRS, tal como impõe o regulamento.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a listagem de Auxílios Económicos de Ação Social Escolar para o ano letivo 2017/2018.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

## Divisão de Planeamento e Gestão Territorial

209. Presente informação interna, referente a emissão de declaração de caducidade do processo nº LE-ACE - 1/2014, do requerente António Manuel Trancoso Bermudes, que ficará anexa a esta ata.

A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa a presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade do processo nº LE-ACE - 1/2014, nos termos do nº5, art. 71º, RJUE, na redação do DL 136/2014.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

210. Presente informação interna, referente a emissão de declaração de caducidade do processo nº LE-OUT - 13/2011, do requerente Manuel José Esteves, que ficará anexa a esta ata.

A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa a presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade do processo nº LE-OUT - 13/2011, nos termos do nº5, art. 71º, RJUE, na redação do DL 136//2014.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

211. Presente informação interna, referente a emissão de declaração de caducidade do processo nº LE-ACE - 3/2013, da requerente Maria de Lourdes Alves, que ficará anexa a esta ata.

A Técnica dos serviços prestou a informação que ficará anexa a presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade do processo nº LE-ACE - 3/2013, nos termos do nº5, art. 71º, RJUE, na redação do DL 136/2014.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.



212. Presente informação interna, referente a emissão de declaração de caducidade do processo nº LE - ACE-6/2014, da requerente Palmira da Glória Lourenço Martins, que ficará anexa a esta ata.

A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa a presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade do processo nº LE – ACE-6/2014, nos termos do nº5, art. 71º, RJUE, na redação do DL 136/2014.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

213. Presente informação interna, referente a emissão de declaração de caducidade do processo nº LE-OUT - 1/2015, do requerente José Luís Dias, que ficará anexa a esta ata.

A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa a presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade do processo nº LE-OUT – 1/2015, nos termos dos nºs 2,5 e 6, art.71º, RJUE, na redação do DL 136/2014, propõe a extinção do processo e notificar a requerente do teor da informação.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

214. Presente informação interna, referente a emissão de declaração de caducidade do processo nº LE-HAB - 10/2014, do requerente António Abílio Alves, que ficará anexa a esta ata.

A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa a presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade do processo nº LE-HAB – 10/2014.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

215. Presente informação interna, referente a emissão de declaração de caducidade do processo nº LE-HAB - 29/2015, que ficará anexa a esta ata.

A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa a presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade do processo nº LE-HAB – 29/2015.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

216. Presente para efeitos de aprovação o início de procedimento de elaboração do Regulamento Municipal de Trânsito e Estacionamento, que ficará anexo a esta ata.

A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa a presente ata.

A arquiteta Patrícia Cunha, chamada à reunião, apresentou uma exposição técnica sobre o presente assunto, começando por esclarecer a escolha de elaborar um regulamento para gerir as duas matérias – trânsito e estacionamento – o qual terá apenas um mapa/planta de estacionamento, que, de forma mais ágil, poderá ser adaptado, quando necessário, contrariamente a um Plano de Trânsito, cuja alteração implicaria uma morosidade não consentânea com procedimentos urgentes. A ideia será o Município dotar-se de um Regulamento genérico, que contenha as linhas orientadoras sobre a matéria, ficando os serviços incumbidos de proceder à atualização permanente da planta de estacionamento, a efetuar conjuntamente com a comissão de trânsito, constituída por várias entidades com competência e interesse na matéria, e com esta fazer uma gestão mais direta, dinâmica e célere. Esclarece, ainda, que essa Planta de Estacionamento constaria sempre do Portal do Município, de forma a poder ser consultada e alvo de inputs por parte das munícipes.



A Vereadora Maria Cerdeira questionou sobre se serão efetuadas alterações face ao Plano existente. A arquiteta Patrícia explicou que o trabalho está a ser realizado por etapas: primeiro o levantamento do existente, seguido da elaboração da Planta com a proposta de alteração, onde serão identificadas áreas carecidas de alterações mais profundas.

A Vereadora Maria Cerdeira questionou sobre a inclusão, nessas áreas, da Rua da Escola, sendo esclarecida pela arquiteta Patrícia sobre a sua inclusão. O Presidente esclareceu, também, que a Rua da Calçada, a Rua José Cândido Gomes de Abreu e a Rua Quinta dos Frades se inserem num projeto a candidatar no âmbito do PAMOS e que o Regulamento já terá esse facto em consideração, não excluindo a inclusão de novas Ruas, caso as mesmas sejam identificadas, através de uma alteração à Planta de Trânsito.

O Executivo deliberou, por unanimidade, iniciar o procedimento de elaboração do Regulamento Municipal de Trânsito e Estacionamento.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

217. Presente para efeitos de submissão à Assembleia Municipal a aprovação da proposta de delimitação de Área de Reabilitação Urbana para o Centro Urbano da Vila e respetiva Operação de Reabilitação Urbana Sistemática, que ficará anexa a esta ata.

A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa a presente ata.

Sobre este assunto, a arquiteta Patrícia Cunha esclareceu que as alterações à proposta de delimitação da ARU, decididas em anterior Reunião de Câmara, não interferiram com a base de estudo, tendo apenas implicado um pequeno ajustamento explicativo no texto, pelo que foram as propostas sujeitas a discussão pública e a parecer do IHRU. Não se verificando participação no primeiro e concluindo o IHRU que nada tinha a contribuir, face a uma proposta que consideraram coerente e sustentada, não houve necessidade de alteração da proposta anteriormente trazida a reunião de câmara.

O Executivo aprovou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de delimitação de Área de Reabilitação Urbana para o Centro Urbano da Vila e respetiva Operação de Reabilitação Urbana Sistemática.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

218. Presente para efeitos de ratificação a decisão do Presidente de submeter a discussão pública a alteração do regulamento do PDM, conforme conferência decisória sobre pedido de Regularização Extraordinária de Atividade Económica/Vinusoalheirus, Lda, que ficará anexo a esta ata.

A Técnica dos serviços prestou a informação que ficará anexa a presente ata.

O Presidente clarificou que este assunto apresenta uma vertente particular e outra mais ampla e deu a palavra à arquiteta Patrícia Cunha para explicar o processo.

A arquiteta Patrícia explicou que, após reavaliação da CCDR sobre inclusão da área na REN, a proposta do requerente não seria admitida dentro dos índices do PDM. Ainda assim, incluindo-se no RERAE, poderia o projeto beneficiar da alteração simplificada ao PDM prevista no referido regime. Consequentemente, foi realizada conferência decisória sobre a pretensão, onde se encontrou uma solução para este problema particular, mas que irá ser aplicada a todas as pretensões incluídas no RERAE. A solução proposta vai no sentido de não alterar artigo a artigo, mas introduzir um artigo que permita o não cumprimento dos parâmetros urbanísticos indicados nas conferências decisórias a realizar no âmbito de cada uma das atividades a regularizar. Nestas incluem-se também as pecuárias, apesar de também aqui existir a intervenção do ICNF.

O Vereador Manuel Fernandes questionou sobre se todos os interessados iriam beneficiar desta alteração. A arquiteta Patrícia esclareceu que apenas os processos já iniciados beneficiarão desta alteração, não sendo a mesma extensível aos outros, pois o prazo previsto no RERAÉ para solicitar a legalização já expirou. No entanto, podem outros projetos apresentar fundamento para, internamente, o PDM ser alterado através do regime geral. A Arquiteta Patrícia relembra, neste âmbito, a realização de uma série de reuniões para os interessados aproveitarem a oportunidade do RERAÉ e informa que existem 10 pedidos para regularizações de adegas – 4 conformes com o PDM, já com o processo de licenciamento em curso e um já terminado. Quando às pecuárias esclarece que o início dos processos foi mais lento e que a entidade licenciadora não é o Município, mas sim a DRAP. O Presidente informou, ainda, que na sexta-feira irão ser realizadas duas conferências decisórias, relativas à Casa do Cerdedo e a Quinta do Regueiro, estando 3 em preparação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a ratificação da decisão do Presidente da Câmara Municipal de submeter a discussão pública a alteração ao regulamento do PDM, conforme conferência decisória sobre pedido de Regularização Extraordinária de Atividade Económica/Vinusoalheirus, Lda.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

## Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

219. Presente para efeitos de aprovação a Adenda ao Acordo de Execução entre o Município de Melgaço e a União de freguesias de Chaviães e Paços no âmbito do transporte escolar para o ano letivo 2017/2018, que ficará anexa a esta ata.

A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente ata.

A Vice-Presidente informou que esta alteração vem no seguimento da passagem para o 5.º ano de uma criança, o que implica aumentar 5km na sua deslocação, para a transportar de Viladraque até à Estrada Nacional, onde tomará o transporte público.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Adenda ao Acordo de Execução entre o Município de Melgaço e a União de Freguesias de Chaviães e Paços no âmbito do transporte escolar para o ano letivo 2017/2018.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

220. Presente para efeitos de aprovação o Protocolo Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1ºciclo do Ensino Básico e Pré-Escolar, que ficará anexo a esta ata.

A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa a presente ata.

A Vice-Presidente esclareceu que, como todos os anos, este assunto era presente a reunião de Câmara, sendo os valores de 1,46€ para o 1.º escalão, 0,73€ para o segundo escalão, podendo a escola beneficiar de um apoio de 0,22€, se comprovar que o custo médio das refeições é superior.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1ºciclo do Ensino Básico e Pré-Escolar.

Esta deliberação foi aprovada em minuta

221. Ofício da Associação C.R.D. Melgaço Radical, a solicitar a concessão de um subsídio para fazer face às despesas previstas para o ano corrente. Envio de relatório de atividades, relatório de contas, plano de atividades e orçamento.

A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, conceder um subsídio no valor de 2.000,00€.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

## Divisão de Gestão Municipal

222. Presente para efeitos de aprovação a Revisão Orçamental nº3, no valor de 30.750,00€, que ficará anexa a esta ata.


O Executivo deliberou, por maioria, com a abstenção dos vereadores Manuel Fernandes e Manuel José Cardoso, aprovar a Revisão Orçamental nº3, no valor de 30.750,00€, devido o programa operacional NORTE-04-2114-FEDER-000256 Estratégia de Marketing para o Turismo de Natureza de Melgaço, entender alterar uma rubrica orçamental, pelo que se torna necessário incluir uma nova rubrica orçamental no Orçamento de 2017.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 16.15 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Amc Guimarães, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal



Manoel Batista Calçada Pombal